ESALO

USP ESALQ - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Agência Senado

Data: 25/05/2012

Link: http://www.senado.gov.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/

Caderno / Página: - / -

Assunto: Código Florestal terá vetos parciais

Código Florestal terá vetos parciais

Brasília - A presidente Dilma Rousseff apresentará hoje sua lista de vetos ao Código Florestal e as propostas do governo para preencher os buracos legais deixados no texto. O veto será provavelmente parcial, segundo adiantou o vice-presidente, Michel Temer. A ideia é tentar restaurar a essência do projeto de código aprovado pelo Senado, segundo informou à reportagem uma pessoa envolvida nas negociações.

Ontem à noite, ambientalistas iniciaram uma vigília em frente ao Palácio do Planalto na expectativa do veto. Enquanto isso, Dilma participava de reunião com ministros no Planalto fechando as definições da proposta do governo. O encontro faz parte de uma exaustiva série de reuniões que a presidente tem feito desde sábado com os ministros Mendes Ribeiro (Agricultura), Gleisi Hoffman (Casa Civil), Izabela Teixeira (Meio Ambiente), Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) e Luis Inácio Adams (Advocacia-Geral da União).

Nos encontros, cada artigo do código foi discutido, com direito a aulas particulares de especialistas, como o agrônomo Gerd Sparovek, da Esalq-USP, e o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. Prevaleceu no governo a posição de Izabella, que defendia o texto do senado como o melhor acordo possível para conciliar produção agrícola e conservação.

Uma mudança importante deve ser feita no polêmico artigo 62, que trata da recomposição de florestas desmatadas em beira de rio - e cuja versão da Câmara caracterizava anistia a desmatadores, na opinião do governo. A formulação do senado para o artigo deve voltar ao texto. Assim, os proprietários serão obrigados a recompor faixas de mata ciliar de tamanhos variados, a depender da largura do rio. O Ministério do Meio Ambiente aceitou flexibilizar a recomposição para os minifúndios, propriedades rurais de até 1 módulo fiscal de área (que correspondem a 6% da área agrícola do País, mas a 65% dos imóveis).

Em troca, o mínimo de recomposição de mata ciliar seria elevado para 30 metros à beira de rios pequenos, em vez dos 15 metros definidos pelos textos do senado e da Câmara dos Deputados.

VETO TOTAL

Na manhã de ontem, o governo recebeu uma petição com 1,9 milhão de assinaturas pedindo que a presidente vete o texto aprovado pela Câmara. O documento foi entregue pela ONG Avaaz. "O texto aprovado é um texto horrível", afirmou o diretor da Avaaz, Pedro Abramovay, ex-secretário nacional de Justiça. "É muito difícil pensar uma solução que respeite algum pedaço desse texto, é o texto do desmatamento. A gente quer o veto total ao desmatamento. Esse texto com aquilo que está lá tem de ser inteiramente rechaçado", completou.